

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
A M&G Fibras Holding S.A. ("Companhia") submete para apreciação o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas e as respectivas notas explicativas, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

1 - Introdução
A M&G Fibras Holding S.A. ("Companhia"), por meio de suas controladas, atua na produção e comercialização de fibras sintéticas de poliéster para aplicação têxtil, polímeros de poliéster bem como na prestação de serviços relacionados a essas atividades.
Mesmo com o aprofundamento da crise macroeconômica (no ano de 2015 o setor têxtil brasileiro teve queda de 15% e o PIB está previsto que deverá ter queda de aproximadamente 3,8%) e a constante competição com as importações em toda cadeia têxtil, principalmente vindas da Ásia, a Companhia através da sua política de preços associada ao desempenho do seu processo de produção, favorecidos pelos investimentos concluídos no ano de 2014, obteve uma melhora nas margens operacional dos produtos durante 2015.
Para o ano de 2015 os preços de Fibras de Poliester se mantiveram alinhados aos preços praticados nos mercados internacionais, acompanhando a tendência dos preços das matérias-primas usadas na produção de Fibras de Poliester.

2 - Indicadores Econômicos

Principais Indicadores			
	(R\$ milhões)	2015	2014
Volumes Totais (mil toneladas)		64,4	77,0
Volume Fibras Poliéster (mil toneladas)		51,5	61,7
Volume Outros (mil toneladas)		12,9	15,3
Receita Líquida		360,5	374,1
Lucro (Prejuízo) Líquido		(35,0)	64,7
EBITDA		24,2	38,5
*EBITDA ajustado por itens não recorrentes		-	12,8

Demonstração do EBITDA			
	(R\$ milhões)	2015	2014
Prejuízo (Prejuízo) Líquido		(35,0)	64,7
Resultado Financeiro		46,6	16,7
I.R. e C.S.L.L. diferido		(1,1)	(57,5)
Depreciação, amortização e baixa ativo		13,7	14,6
EBITDA		24,2	38,5
Itens não recorrentes		-	25,7
EBITDA ajustado por itens não recorrentes		24,2	12,8

(*) O EBITDA foi impactado no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 por R\$25,7 milhões sendo: um crédito de R\$32,9 milhões, referente ao benefício obtido pela quitação antecipada de parcelamento de débitos de tributos federais (DEFI), menos um débito de R\$7,2 milhões referente a baixa de ativos financeiros considerados de difícil realização.
O volume de vendas da Companhia no ano de 2015 alcançou 64,4 mil toneladas (77,0 mil toneladas em 2014). O volume de vendas do negócio Fibras de Poliéster no ano de 2015 foi de 51,5 mil toneladas (61,7 mil toneladas em 2014), as outras unidades de negócios alcançaram volume de vendas de 12,9 mil toneladas (15,3 mil toneladas em 2014).
A receita líquida da Companhia alcançou no ano de 2015 R\$360,5 milhões (R\$374,1 milhões em 2014).
A receita líquida com vendas do negócio Fibras de Poliéster totalizou no ano de 2015 R\$294,4 milhões (R\$316,7 milhões em 2014). Outras atividades tiveram uma receita líquida de R\$66,1 milhões (R\$57,4 milhões em 2014).
O EBITDA da Companhia no ano de 2015 foi R\$24,2 milhões positivo (R\$12,8 milhões positivo ajustado por itens não recorrentes em 2014).
Esse resultado deve-se ao desempenho operacional favorecido pela consolidação dos investimentos dos últimos anos e a eficácia da política de preços praticados pela Companhia.
3 - Meio Ambiente e Segurança
As fábricas de Cabo de Santo Agostinho-PE e Poços de Caldas-MG estão com o seu sistema de gestão ISO 9001 e 14001 e OHSAS 18001 certificados de forma integrada, resultando na otimização de tempo e custos de auditoria. A adoção de sistemas de gerenciamento integrado consolida os compromissos firmados em suas políticas internas.
Destaca-se para o ano de 2015 na fábrica de Poços de Caldas-MG a consolidação das atividades de reciclagem de garrafas PET, o que confirma o compromisso com o Meio Ambiente.
Processos Humanos
Em 2015 houve uma atuação muito focada na continuidade e estabilização dos programas direcionados

aos processos de ampliação do engajamento dos empregados, treinamentos técnicos e atendimento de legislação, além do desenvolvimento das lideranças. Foram investidos R\$ 287 mil, vinculados a 4699 participantes em atividades de treinamento, totalizando 25.246 horas x participações, refletindo o forte empenho da Companhia em proporcionar condições aos empregados para que melhorassem continuamente a performance individual e, consequentemente, a eficiência das equipes. Vale destacar as atividades de qualificação dos empregados resultantes de processos de recrutamento/seleção interno vinculados a oportunidades de mobilidades e promoções, a qual teve um índice de 9,32%. Outro indicador de gestão relevante refere-se ao índice de Absenteísmo médio dos times, o qual totalizou em 2015 1,04%, ficando praticamente estável quando comparado a 2014. O Turnover dos empregados em 2015 foi de 11,65%, sendo que em 2014 este índice foi 9,96%.
A Companhia, visando assegurar aos seus empregados benefícios compatíveis e alinhados aos oferecidos pelo mercado, possui uma política que engloba os seguintes tópicos: Refeição, Transporte, Assistência Médica, Assistência Odontológica, Medicamentos, Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais, Previdência Privada, Programa de Participação nos Resultados, Homenagem a Veteranos, Festividades e Cooperativa de Crédito. Este conjunto de benefícios visa proporcionar o bem estar dos empregados e seus dependentes, favorecendo o equilíbrio necessário ao bom desenvolvimento de suas atividades e obtenção de resultados para os negócios, fazendo com que os benefícios oferecidos contribuam para a atração e retenção dos empregados, dentro do processo de gestão de pessoas.
5 - Evolução da Dívida
A dívida líquida ao final de 2015 era de R\$71,4 milhões (R\$67,4 milhões em 2014). No valor mencionado está incluído os juros a receber por aplicações financeiras e juros a pagar pelos empréstimos tomados. Em dezembro de 2015, a Companhia tem aproximadamente R\$52 milhões de dívida de capital de giro, dividida em Notas de Crédito de Importação e CCB, com prazos máximos até um ano.
6 - Política de Contratação de Auditores
A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos nossos auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor. Estes princípios consistem, de acordo com os princípios internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Em 2015, os nossos auditores independentes prestaram exclusivamente serviços de auditoria e revisões contábeis com relação ao conteúdo das demonstrações financeiras e notas explicativas.
7 - Agradecimentos
Queremos agradecer aos nossos acionistas, clientes, fornecedores, auditores e instituições financeiras pelo apoio e confiança depositados, e em especial aos nossos empregados e contratados pela contribuição e empenho apresentados.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 - (EM MILHARES DE REAIS)						
	Nota explicativa	Controladora	Consolidado	Nota explicativa	Controladora	Consolidado
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2014
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	5	1	6.086	11.236		
Contas a receber	6	-	21.574	22.783		
Estoques	7	-	66.865	57.527		
Partes relacionadas	18	-	58	18		
Impostos a recuperar	8	-	11.552	7.968		
Créditos a receber	9	-	14.298	12.131		
Despesas antecipadas	10	-	358	275		
Outros ativos circulantes	-	-	2.715	2.672		
Total do ativo circulante	1	1	123.506	114.610		
Não circulante						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.a	-	5.915	4.813		
Impostos a recuperar	8	-	24.279	22.824		
Créditos a receber	9	-	112.002	107.154		
Depósitos judiciais	-	-	2.108	1.921		
	-	-	144.304	136.712		
Investimentos	11	-	729	729		
Imobilizado	12	-	88.269	98.900		
Intangível	-	-	207	40		
Total do ativo não circulante	-	-	233.528	236.381		
Total do ativo	1	1	357.034	350.991		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 - (EM MILHARES DE REAIS)						
	Nota explicativa	Controladora	Consolidado	Nota explicativa	Controladora	Consolidado
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2014
Receita líquida de vendas	23	-	360.467	374.069		
Custo dos produtos vendidos	24	-	(322.988)	(349.196)		
Lucro bruto	-	-	37.479	24.873		
Recargas (despesas) operacionais:						
Vendas	24	-	(3.548)	(4.000)		
Gerais e administrativas	24	(319)	(289)	(23.309)	(22.804)	
Resultado da equivalência patrimonial	11.a	(34.472)	65.099	-	-	
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	-	-	(76)	25.793	
Total das receitas (despesas) operacionais	(34.791)	64.810	(26.933)	(1.011)		
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	(34.791)	64.810	10.546	23.862		
Recargas financeiras	-	-	2.136	1.669		
Despesas financeiras	(183)	(152)	(26.532)	(20.553)		
Variações monetárias e cambiais líquidas	-	-	(2.228)	(2.628)		
Resultado financeiro	25	(183)	(152)	(46.622)	(16.658)	
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(34.974)	64.658	(36.076)	7.204		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.b	-	1.102	57.454		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(34.974)	64.658	(34.974)	64.658		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 - (EM MILHARES DE REAIS)				
	Capital social	patrimonial - custo atribuído	Prejuízos acumulados	Total
Integralização do capital em 19 de julho de 2013	100	-	-	100
Cisão parcial	-	525	(105.051)	(104.526)
Prejuízo do exercício	-	-	(18.953)	(18.953)
Resultado dos ajustes da avaliação patrimonial - custo atribuído	-	(525)	525	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	100	-	(123.479)	(23.479)
Lucro do exercício	-	-	64.658	64.658
Saldos em 31 de dezembro de 2014	100	-	(58.821)	(58.821)
Prejuízo do exercício	-	-	(34.974)	(34.974)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	100	-	(93.795)	(93.695)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 - (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO SE MENCIONADO DE OUTRA FORMA)

1. Contexto operacional
1.1. Operações
A M&G Fibras Holding S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, sendo sua sede localizada na Av. das Nações Unidas, 12.551 - 8º andar - parte 5 - São Paulo - SP - Brasil. A Companhia foi constituída em 19 de julho de 2013, a partir da incorporação de saídos provenientes da cisão parcial da M&G Poliéster S.A., antiga controladora da M&G Fibras e Resinas Ltda. e da M&G Fibras Brasil Ltda., ocorrida em 1º de agosto de 2013.
A acionista controladora da M&G Fibras Holding S.A. é a M&G Fibras Participações Ltda., que por sua vez é controlada pela M&G Financeira S.p.A, com sede em Tortoná, Itália.
A referida cisão teve como principal objetivo: (a) segregar os Negócios Fibras de Resinas PET, para permitir que tais negócios fossem desenvolvidos de forma separadas e viabilizar a concentração de esforços e recursos no core business de cada unidade, beneficiando diretamente a todos os acionistas; (b) permitir que na medida que os Negócios de Fibras ou Resinas PET gerem resultados positivos, estes possam ser distribuídos aos acionistas da Companhia.
A Companhia atua, por meio de sua controlada M&G Fibras Brasil S.A., na produção e comercialização de fibras sintéticas de poliéster de aplicação têxtil, polímeros de poliéster, bem como na prestação de serviços relacionados a essas atividades.
A controlada M&G Fibras e Resinas Ltda. possui uma unidade de produção de resinas PET em Poços de Caldas - MG, cuja produção está paralisada desde 2007 e seus ativos totalmente depreciados.
A controlada M&G Fibras e Resinas Ltda. possui terrenos e edifícios (totalmente depreciados), na cidade de Indaiatuba SP e Paulínia SP. Estudos diversos indicam que o valor de mercado dos terrenos é superior ao valor contábil.
A Administração e os acionistas controladores não descartaram a possibilidade de alienação dos ativos da unidade paralisada destinada a produção de resina PET em Poços de Caldas - MG a potenciais interessados.
Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentou patrimônio líquido negativo de R\$93.695 em decorrência da incorporação de prejuízos acumulados de R\$ 104.526 trazidos das suas controladas M&G Fibras e Resinas Ltda. e M&G Fibras Brasil Ltda. a partir da década de 90 e do ano 2011, na cisão parcial da M&G Poliéster S.A., anteriormente mencionada.
Desde a sua constituição em 2013 a Companhia implementou várias medidas para melhorar a performance do seu processo produtivo, incluindo o aumento da sua capacidade de produção e o desenvolvimento de produtos com maior valor agregado.
Algumas dessas medidas foram: I) Na unidade de Cabo de Santo Agostinho - PE houve aumento da capacidade de produção de 58.000 para 65.000 toneladas de fibra de poliéster para atender à demanda local de polímeros de poliéster utilizados na produção de filmes de poliéster, atendendo dessa forma a necessidade dos clientes consumidores desse produto II) Na unidade de Poços de Caldas - MG com capacidade de produção de 28.000 toneladas de poliéster, foi inaugurada uma nova unidade de reciclagem com capacidade de produção de 20.000 toneladas de "flake" de poliéster reciclado, entre resina PET reciclada - R-PET grau alimentício e "flakes" destinados à fabricação de fibras de poliéster. Essa nova unidade entrou em operação no final do ano de 2013 em substituição a unidade de reciclado pertencente à subsidiária M&G Fibras e Resinas Ltda. localizada na cidade de Indaiatuba SP que tinha capacidade de produção de 12.000 toneladas, ora desativada. Esse projeto é voltado ao desenvolvimento sustentável com o reaproveitamento de resíduos de garrafas de PET por meio de exercícios de coleta de tratamento de resíduos sólidos do Projeto Estruturador de Qualidade Ambiental promovido pelo Governo do Estado de Minas Gerais, que agregou valor à unidade industrial de Poços de Caldas - MG mediante ao melhor aproveitamento das utilidades disponíveis, bem como um maior compartilhamento da mão de obra administrativa, técnica, de laboratório e de manutenção, auxiliando na redução dos custos fixos e dos custos variáveis por toneladas produzidas.
1.2. Grupamento de ações
Em 28 de janeiro de 2015 a diretoria da Companhia, apresentou uma proposta de grupamento das ações onde bloco de 3 milhões de ações se transformou em 1 ação. Referida proposta foi devidamente aprovada pelo Conselho de Administração bem como aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, ocorridas em 29 de janeiro de 2015 e 10 de fevereiro de 2015 respectivamente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).
As demonstrações financeiras da Companhia incluem estimativas contábeis elaboradas utilizando diversas bases de avaliação. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases anuais. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015.
Em 21 de março de 2016, a Administração da Companhia aprovou e autorizou a divulgação das demonstrações financeiras ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

2.1. Base de consolidação
As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das seguintes controladas, cuja participação percentual na data do balanço, é assim resumida:

	Participação no capital social - %			
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
M&G Fibras e Resinas Ltda.	Indireta	Direta	Indireta	Direta
	-	99,99	-	99,99
M&G Fibras Brasil Ltda.	-	99,99	-	99,99

As subsidiárias são consolidadas integralmente desde a data na qual a Companhia obteve o controle, e continuam sendo consolidadas até a data que cessa tal controle.
O processo de consolidação das demonstrações financeiras da Companhia inclui a eliminação de alguns exercícios na consolidação são eliminadas as participações da controladora nos patrimônios líquidos das controladas, bem como os saldos ativos e passivos, os resultados não realizados e os efeitos, na demonstração do resultado, de transações efetuadas entre a Companhia e suas controladas.

3. Novos pronunciamentos e alterações de legislação fiscal
3.1. Normas, interpretações e alterações de normas existentes em vigor em 2015 e que não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras
A Companhia considerou a aplicação pela primeira vez das normas e alterações, listadas a seguir, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2015:
- CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC4 (R1) - Ativo Intangível;
- CPC 5 (R1) - Divulgações de Partes Relacionadas;
- CPC 46 - Mensuração do Valor Justo;
As alterações ou novas normas e interpretações listadas anteriormente não tiveram qualquer impacto sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.
3.2. Novos ou revisados pronunciamentos que ainda não estão em vigor e serão efetivos a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2016
As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas estão abaixo apresentadas. A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.
i) IFRS 9 Instrumentos Financeiros - Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final que reflete todos as fases do processo de instrumentos financeiros e substitui o IAS 39 - Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores do IFRS 9. O pronunciamento introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução do valor recuperável e contabilização de hedge. A vigência do pronunciamento aplica-se aos exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018, não sendo permitida a aplicação antecipada. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A aplicação antecipada de versões anteriores da IFRS 9 (emitidas em 2009, 2010 e 2013) seria permitida se a data de aplicação inicial fosse anterior a 1º de fevereiro de 2015. A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros, no entanto, nenhum impacto sobre a classificação e mensuração dos passivos financeiros. A Companhia não espera que esta norma produza impactos relevantes em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
ii) IFRS 15 - Receita de contrato com clientes: Em maio de 2014, o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 15, que estabelece um modelo de cinco etapas que se aplicam a receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação de receita ou da indústria. Aplica-se a todos os contratos de receita e ativos não financeiros que não estão ligados às atividades ordinárias da entidade (por exemplo, as vendas de imóveis, instalações e equipamentos ou intangíveis). De acordo com este pronunciamento, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de mercadorias ou serviços a um cliente. Os princípios na IFRS 15 contemplam uma abordagem mais estruturada para mensurar e reconhecer receita. Extensas divulgações são também requeridas por esta norma. A adoção retrospectiva total ou modificada é exigida para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018, a adoção antecipada, que está em análise no Brasil. A Companhia está avaliando os impactos da adoção deste pronunciamento em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
iii) IFRS 11 - Em maio de 2014, o IASB emitiu alterações à IFRS 11, que exigem que um operador conjunto, que esteja contabilizando a aquisição de participação societária em uma operação conjunta na qual a entidade da operação conjunta constitua um negócio, aplique os princípios pertinentes da IFRS 3 para contabilização de combinações de negócios. As alterações também esclarecem que uma participação societária previamente mantida em uma operação conjunta não é renuncurada sobre a aquisição de participação adicional na mesma operação conjunta enquanto o controle conjunto for retido. Adicionalmente, uma exclusão de escopo foi adicionada à IFRS 11 para especificar que as alterações não se aplicam quando as partes que compartilham controle conjunto, inclusive a entidade de reporte, estiverem sob controle comum da parte controladora principal. As alterações se aplicam tanto à aquisição da participação final em uma operação conjunta quanto à aquisição de quaisquer participações adicionais na mesma operação conjunta e são prospectivamente vigentes para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016 e após essa data, não sendo permitida a adoção antecipada no Brasil. A adoção deste pronunciamento não terá impactos às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.
iv) IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização - As alterações esclarecem o princípio de que a receita reflete um modelo de benefícios econômicos gerados a partir da operação de um negócio (do qual o ativo faz parte), em vez dos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo. Como resultado, um método baseado em receita não pode ser utilizado para fins de depreciação de ativo imobilizado, podendo ser utilizado somente em circunstâncias muito limitadas para amortizar os ativos intangíveis.

As alterações estão em vigor prospectivamente para amortizar os ativos intangíveis. As alterações estão vigentes prospectivamente para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data. Não é esperado que essas alterações tenham impacto em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, uma vez que a Companhia não utilizou um método baseado na receita para depreciar ativos não circulantes.
v) IFRS 16 - Arrendamentos - Em janeiro de 2016, o IASB emitiu a versão final, que será vigente para exercícios iniciados em 1º de janeiro 2019, com adoção antecipada permitida para entidades que também adotem o pronunciamento IFRS 15 - Receita de contrato com clientes. A adoção deste pronunciamento terá efeito sobre a classificação e mensuração do ativo imobilizado e dos passivos financeiros, visto que os arrendamentos não serão mais diferenciados entre operacional e, financeiro, sendo o tratamento dado a todos os arrendamentos mercantis similar ao arrendamento mercantil financeiro conforme disposto no IAS 17. A Companhia está avaliando o conteúdo e o impacto da adoção deste pronunciamento em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
vi) As melhorias alterações efetuadas nos seguintes pronunciamentos: IFRS 5 - Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas; IFRS 7 - Instrumentos Financeiros; Divulgações; IFRS 12 - Benefícios aos Empregados; Alterações na IAS 1 - Iniciativa de Divulgação; e Alterações nas IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - Entidades de Investimento; Exceções à Regra de individuais e Consolidação, não deverão resultar em efeitos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
vii) As melhorias e alterações efetuadas nos seguintes pronunciamentos: IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações; Alterações à IFRS 11 - Acordos Conjuntos; Contabilização de Aquisições de Partes Societárias; Alterações à IAS 16 e à IAS 38 - Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização; IAS 16 e 41 - Ativos biológicos e não deverão resultar em efeitos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Não existem outras normas IFRS que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

4. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras foram as seguintes:
a) Conversão em moeda estrangeira
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Transações em moeda estrangeira são inicialmente convertidas para a moeda funcional e registradas pela taxa de câmbio vigente na data da transação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos a taxa de câmbio da moeda funcional vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras. São reconhecidos na demonstração do resultado, os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos em moeda estrangeira.
b) Reconhecimento de receita
A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, na extensão em que for provável que os benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e suas controladas e quando possa ser mensurada de forma confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.
As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variação no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida na rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado, sendo calculada com base método dos juros efetivos.
c) Custos dos produtos
A ociosidade registrada nos custos de bens relacionada aos custos fixos de produção é definida com base na avaliação efetuada pelo departamento técnico, da quantidade produzida em relação à capacidade nominal de produção.
O impacto da ociosidade anormal das plantas é reconhecido nos custos dos produtos, sem transitar pela atribuição de custo aos estoques.
d) Contas a receber e provisão para perda por redução ao valor recuperável
Contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes decontantes das vendas de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e de suas controladas e são registrados pelo valor líquido estimado realizável menos a provisão para perdas, quando necessária. A provisão para perda por redução ao valor recuperável é constituída com base na avaliação acerca da situação específica de cada cliente e respectivas garantias consideradas suficientes pela Administração para cobrir as possíveis perdas na realização das contas a receber de clientes. O saldo de provisão para perda por redução ao valor recuperável é composto substancialmente por valores em atraso acima de 120 dias.
e) Estoques
Avaliados ao custo médio de aquisição não excedendo o seu valor de mercado.
O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos dos estoques, adicionando, quando aplicável, os custos estimados de conclusão e os custos necessários para a realização da venda.
A provisão para perdas é baseada na análise dos estoques com relação à estimativa do valor de realização, tendo em vista os custos estimados, líquidos de impostos e gastos para vender, levando em consideração a idade e o estado físico desses estoques.
f) Investimentos
As participações societárias em controladas, nas demonstrações financeiras da controladora, são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, se determina a necessidade de reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento.
g) Imobilizado
Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota 12, que levam em consideração o tempo de vida útil - econômica estimada dos bens. O imobilizado está líquido de créditos dos impostos, os quais foram registrados como impostos a recuperar. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no momento em que o ativo for baixado.
O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.
h) Outros ativos não circulantes
Os demais ativos são apresentados pelo seu valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos proporcionais auferidos e são reconhecidos apenas quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. São classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 - (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO SE MENCIONADO DE OUTRA FORMA)

A movimentação da provisão para perdas está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Saldo inicial	(3.045)	(2.353)
Adições	(605)	(692)
Saldo final	(3.650)	(3.045)

8. Impostos a recuperar

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Circulante:		
ICMS a recuperar	6.740	6.607
PIS e COFINS a recuperar	556	34
IPI a recuperar	11	144
IRPJ e CSLL a recuperar	4.245	1.183
	11.552	7.968

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Não circulante:		
ICMS a recuperar	4.915	7.763
PIS e COFINS a recuperar	24.114	22.537
IRPJ e CSLL a recuperar	165	287
IPI a recuperar	2.327	2.327
IPI a recuperar - provisão	(2.327)	(2.327)
	24.279	22.624

A movimentação da provisão para perdas está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Saldo inicial	(10.090)	(2.848)
Adições	(7.242)	(7.242)
Reversão	2.848	-
Saldo final	(7.242)	(10.090)

Os créditos de imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que a Companhia e suas controladas têm a recuperar pertencem, na sua maioria, a unidades de Poços de Caldas - MG e se originam, principalmente, do diferencial de alíquotas entre as compras de matérias-primas importadas a 18% e as vendas domésticas

10. Imposto de renda e contribuição social

a) Composição de impostos diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Prejuízo fiscal e base negativa	1.055	1.055	441	441
Diferenças temporárias	-	-	-	-
Provisão para redução ao valor recuperável (Nota 6)	-	-	-	-
Provisão para obrigações legais (Nota 17)	-	-	-	-
Provisão para fretes (Nota 15)	-	-	-	-
Provisão para perda e ajuste a valor justo dos estoques (Nota 7)	-	-	-	-
Provisão para despesas com energia elétrica (Nota 15)	-	-	-	-
Provisão para variação cambial	-	-	-	-
Provisão para despesas com logística (Nota 15)	-	-	-	-
Provisão para perda em créditos tributários	-	-	-	-
Provisão para perdas de outros investimentos	-	-	-	-
Provisão para perdas em créditos tributários (Nota 8)	-	-	-	-
Outras obrigações trabalhistas	-	-	-	-
Outras diferenças temporárias	-	-	-	-
Base de cálculo	1.055	1.055	441	441
Alíquotas:	25%	9%	25%	9%
Imposto diferido	264	95	110	40
Provisão para ajuste ao valor de realização	(264)	(95)	(110)	(40)
Imposto de renda diferido	-	-	-	-

A composição do imposto de renda e contribuição social, diferidos por Companhia e suas controladas, está assim demonstrado:

	Consolidado	
	M&G Fibras Holding S.A.	M&G Fibras e Resinas Ltda.
Imposto de renda e contribuição social diferidos:		
Sobre prejuízos fiscais	264	7.860
Sobre base negativa	95	2.830
Sobre diferenças temporárias	10.725	4.871
Total de créditos potenciais	359	21.415
Provisão para ajuste ao valor recuperável	(359)	(21.415)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	5.915
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	4.813

Os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social das controladas foram reconhecidos conforme a projeção de lucros tributários futuros que tem como principais premissas o aumento da sua capacidade de produção e do desenvolvimento de produtos com maior valor agregado. A expectativa de variação dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos está assim demonstrada:

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
2016	1.983	-
2017	3.263	-
2018	5.915	-
Total	11.161	-

b) Reconciliação da despesa (crédito) de imposto de renda e contribuição social lançada no exercício:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(34.974)	61.658	(36.076)	7.204
Crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	11.891	(21.984)	12.266	(2.449)
Equivalência patrimonial	(11.720)	22.134	-	-
Outras (adições) exclusões permanentes	-	-	2.069	10.806
Constituição de provisão para ajuste ao valor de realização	(171)	(150)	(9.095)	(7.314)
Constituição de provisão para ajuste ao valor de realização de exercícios anteriores	-	-	-	56.411
Crédito de imposto de renda e contribuição social lançado no resultado do exercício	-	-	1.102	57.454

c) Lei 12.973/2014

Em maio de 2014, a Medida Provisória nº 627, publicada em Novembro de 2013, foi convertida na Lei nº 12.973, com alterações em alguns dispositivos, inclusive no que se refere ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido. Diferentemente do que previa a Medida Provisória, a Lei nº 12.973 estabeleceu a não incidência tributária de forma incondicional para os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013. Desde 1º de janeiro de 2015, tornou-se obrigatória a adoção dos efeitos instituídos pela Lei 12.973/2014, que:

12. Imobilizado (consolidado)

	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Instalações, máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Imobilizações em curso e adiantamento a fornecedores	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	7.749	37.907	152.495	436	6.000	4.579	209.166
Adições	-	208	148	-	211	3.406	3.973
Alienações	-	-	(56)	(52)	-	-	(108)
Transferências	-	36	4.511	-	-	(4.547)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	7.749	38.151	157.098	384	6.211	3.438	213.031
Adições	-	-	(2)	(28)	3	3.143	3.144
Alienações	-	-	(228)	(35)	-	-	(253)
Transferências	-	414	3.830	-	283	(4.527)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	7.749	38.565	160.698	359	6.497	2.054	215.922
Taxas médias de depreciação	-	3,46%	11,31%	15,40%	10,11%	-	-
Depreciação acumulada	-	(9.624)	(85.802)	(376)	(5.350)	-	(101.170)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	(1.623)	(11.151)	(29)	(225)	-	(13.028)
Adições	-	-	31	36	-	-	67
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	(11.265)	(96.922)	(369)	(5.575)	-	(114.131)
Adições	-	(1.638)	(11.820)	(10)	(160)	-	(13.628)
Alienações	-	-	103	22	-	-	125
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	(12.903)	(108.639)	(357)	(5.735)	-	(127.634)
Imobilizado líquido	7.749	26.886	60.176	15	636	3.438	98.900
Saldo em 31 de dezembro de 2015	7.749	25.662	52.059	2	762	2.054	88.288

13. Empréstimos e financiamentos

	Taxa efetiva média anual de juros - %	Vencimentos	31/12/2015		31/12/2014	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Em moeda estrangeira:						
Financiamento a importação (Euro)	9	2017	4.615	2.258	3.545	5.143
Em moeda nacional:						
Nota de crédito industrial	19	2016 a 2017	15.609	4.433	18.535	5.834
Cédula de crédito bancário	21	2016	42.390	-	31.929	-
Finame	8	2021 a 2023	374	1.671	365	2.040
			58.373	6.104	50.829	7.874
			62.988	8.362	54.374	13.017

Todos os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia e suas controladas foram tomados junto a instituições financeiras de primeira linha. Os financiamentos de importação da Companhia e suas controladas são contratados em Euro. Os equipamentos adquiridos através desse financiamento foram dados em garantia até sua devida liquidação.

A composição das parcelas a pagar de longo prazo, por ano de vencimento, é a seguinte:

	2017	2018	2019 a 2023
2017	6.976	-	-
2018	284	-	-
2019 a 2023	1.102	-	-
	8.362	-	-

Segue a movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(67.391)	-
Captações	(93.700)	-
Juros	(11.523)	-
Pagamentos de principal	90.782	-
Pagamentos de juros	11.589	-
Variação cambial	(1.107)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(71.350)	-

14. Impostos e contribuições

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Circulante:		
ICMS a recolher	1.019	1.643
ISS a recolher	40	33
IPI a recolher	361	475
Pis e Cofins a recolher	7	233
Outros	270	182
	1.697	2.566

18. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas envolvendo operações comerciais e de empréstimos são realizadas em condições usuais de mercado e são demonstradas a seguir:

	Natureza de relacionamento		31/12/2015			31/12/2014		
			Ativo	Passivo	Receita (despesas)	Ativo	Passivo	Receita (despesas)
Na controladora:								
Em moeda nacional								
M&G Fibras Brasil Ltda.	Controlada	(a)	-	1.055	(111)	-	554	(40)
			-	1.055	(111)	-	554	(40)
No consolidado:								
Em moeda nacional								
M&G Polímeros Brasil S.A.	Afilhada	(a)	-	41.288	(4.766)	-	36.528	(2.015)
M&G Brasil Participações S.A.	Afilhada	(a)	40	-	1	4	-	-
M&G Fibras Participações Ltda.	Afilhada	(a)	18	-	2	14	-	-
M&G Finanziária S.p.A.	Controladora indireta	(c)	-	-	-	585	-	-
M&G Finanziária S.p.A.	Controladora indireta	(f)	-	-	-	71.319	-	(1.073)
Terrefilicos Industria Quimicas Ltda.	Afilhada	-	-	(21)	-	-	-	-
			58	41.288	(4.784)	18	108.432	(3.088)
Em moeda estrangeira								
Mossi & Ghisolfi International S.á r.l.	Controladora indireta	(b)	-	33.930	(83.010)	-	13.595	(27.102)
M&G Finanziária S.p.A.	Controladora indireta	(b)	-	33.930	(83.010)	-	97.435	(13.502)
			-	33.930	(83.010)	-	111.030	(40.604)
			58	75.218	(177.940)	18	219.462	(43.692)
Em moeda nacional								
M&G Fibras Participações S.A.	Afilhada	(d)	-	7.335	(725)	-	6.610	-
Terrefilicos Ind.Part. Ltda.	Afilhada	(d)	-	2.618	(259)	-	2.359	-
M&G Polímeros Brasil S.A.	Afilhada	(d)	-	20.498	(2.025)	-	18.473	-
Terrefilicos Industria Quimicas Ltda.	Afilhada	(d)	-	17.460	(1.726)	-	15.735	-
M&G Políester S.A.	Afilhada	(d)	-	5.475	(541)	-	4.933	-
M&G Finanziária S.p.A.	Controladora indireta	(c)	-	15.888	-	-	15.888	-
M&G Finanziária S.p.A.	Controladora indireta	(b)	-	98.019	-	-	98.019	-
			-	167.293	(27.578)	-	63.998	-
Em moeda estrangeira								
M&G Finanziária S.p.A.	Controladora indireta	(e)	-	98.678	(27.358)	-	71.320	-
			-	98.678	(27.358)	-	71.320	-
			-	265.971	(32.634)	-	63.998	-

(a) Refere-se a contrato de mútuo entre as partes relacionadas com captações e pagamentos efetuados ao longo do exercício. Este contrato prevê a incidência de juros que são calculados pela variação do CDI. O referido contrato tem vencimento dentro dos próximos 12 meses.

(b) A controlada M&G Fibras Brasil Ltda. firmou com a Mossi & Ghisolfi International S.á r.l. ("MGI") contrato de fornecimento de matéria-prima (PTA) pelo qual se obriga a fornecer até 24.050 toneladas métricas, por ano de matéria-prima a preços praticados no mercado internacional. O contrato ficará vigente até 31 de dezembro de 2018. Do montante de R\$83.010 informado como despesa no exercício findo em 2015 (R\$40.604 em 2014) R\$74.190 refere-se às compras totais de matérias-primas daquela parte relacionada (R\$43.882 em 2014), e a diferença refere-se a variação cambial.

(c) Refere-se ao saldo que a parte relacionada Terrefilicos Industriais Quimicas Ltda. tinha a receber da controlada M&G Fibras e Resinas Ltda. Em 30 de setembro de 2013, a obrigação desse pagamento passou a ser da controladora indireta M&G Finanziária S.p.A. conforme acordo estabelecido entre as partes.

(d) Refere-se à cessão dos créditos correspondente aos prejuízos fiscais e da base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido para, com M&G Fibras e Resinas Ltda., com a finalidade exclusiva de utilização, nos termos do artigo 33 da Lei nº 13.043/14 e da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 2/14, na quitação de seu parcelamento de débitos de tributos federais, concedido nos termos da Lei nº 11.941/09 pela Receita Federal do Brasil. Esse crédito está sujeito à atualização monetária pela variação do INPC.

(e) Refere-se a contrato de mútuo entre as partes relacionadas com a finalidade única e exclusiva para, nos termos do artigo 33 da Lei Federal nº 13.043/14 e da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 2/14, quitar antecipadamente o Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) criado pela Lei 11.941/09, e concedido pela Receita Federal do Brasil da controlada M&G Fibras e Resinas Ltda. Este contrato prevê a incidência de juros compensatórios de 5% ao ano, calculado por taxa de até a data do efetivo pagamento.

A Companhia e suas controladas não possuem outros relacionamentos com partes relacionadas, que não estejam divulgados na tabela acima.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Lorenzo Montagna - Presidente
Andrea Maria Caperdoni - Vice-Presidente

Marco Toselli - Vice-Presidente
José Veiga Veiga - Conselheiro

DIRETORIA

Linceu Jorge Frayha - Diretor Presidente
Dennis William Brooman - Diretor

João Luis de Freitas Teixeira - Diretor

CONTADOR

José Francisco Lubianchi
CRC - SP 148172/O-2

COMUNICADO A